

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CAMPUS PASSO FUNDO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

MICHELI SCHENATTO

**CONTROLE INTERNO DAS CONTAS A PAGAR: Uma análise da empresa Cerâmica
Schenatto Ltda EPP.**

PASSO FUNDO

2013

MICHELI SCHENATTO

**CONTROLE INTERNO DAS CONTAS A PAGAR: Uma análise da empresa Cerâmica
Schenatto Ltda EPP.**

Trabalho de Conclusão apresentado ao curso de Ciências Contábeis da Universidade de Passo Fundo, campus Passo Fundo, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Gustavo Londero Brandli

PASSO FUNDO

2013

MICHELI SCHENATTO

**CONTROLE INTERNO DAS CONTAS A PAGAR: Uma análise da empresa Cerâmica
Schenatto Ltda EPP.**

Trabalho de Conclusão aprovado em ___ de dezembro de 2013, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis no curso de Ciências Contábeis da Universidade de Passo Fundo, campus Passo Fundo, pela Banca Examinadora formada pelos professores:

Prof. Gustavo Londero Brandli
UPF – Orientador

Prof. _____
UPF – Banca Examinadora

Prof. _____
UPF – Banca examinadora

PASSO FUNDO

2013

“Que os vossos esforços desafiem as
impossibilidades, lembrai-vos de que as
grandes coisas do homem foram conquistadas
do que parecia impossível.”

Charles Chaplin

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, em primeiro lugar, a Deus, pela força e coragem durante toda esta longa caminhada.

Agradeço também as duas pessoas mais importantes da minha vida, meus amados pais Valdecir e Elizete, pela vida, educação, amor e carinho que sempre tiveram por mim, sem vocês nada na minha vida teria sentido.

Não posso esquecer-me do meu irmão amado, que sempre está brigando comigo, mas o amor que sinto por ti é bem maior que tudo.

A toda a minha família, pela paciência e carinho que sentem por mim.

Agradeço também a todos os professores que me acompanharam durante a minha graduação, em especial ao Professor, orientador e “Dindo” Gustavo L. Brandli, pela paciência e ajuda na realização desse trabalho.

Aos colegas, e grandes amigos que conheci na faculdade, sei que muitos não vou mais ter tanto contato, mas sempre vou lembrar-me de vocês, meus eternos amigos. Em especial a melhor amiga que a vida me proporcionou Daniela. Agradeço a Deus por ter colocado você em minha vida.

Aos meus amigos que sempre me aguentaram na hora do stress, Leonardo, Maicon, Fábio, Gustavo, Pedro, Iuri, Michael, Daiane, Thaíze e principalmente a minha prima e também amiga Maira.

Mas decido esta, bem como todas as minhas conquistas, aos meus anjos, que estão lá encima sempre me guiando. A saudade dói mais que tudo, mas levarei vocês sempre em meus pensamentos e no coração.

Muito Obrigada a todos que de uma forma ou outra me ajudaram nesta conquista.

RESUMO

SCHENATTO, Micheli. **Controle Interno das contas a pagar: uma análise da empresa Cerâmica Schenatto**. Passo Fundo, 2013. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Ciências Contábeis). UPF, 2013.

As empresas necessitam de bons controles, para que os resultados possam ser ajustados, corrigidos e direcionados aos objetivos desejados. O estudo objetivou a avaliação dos controles internos das contas a pagar da empresa Cerâmica Schenatto Ltda EPP, utilizados pela empresa e a proposição de sugestões de melhorias, a fim de analisar se os registros contábeis apresentam a real situação da empresa, com o intuito de oferecer maior credibilidade aos seus usuários, e para atingir os objetivos estabelecidos, o estudo busca identificar aspectos conceituais, estruturais e operacionais relacionados à auditoria, controle interno e obrigações que vem tornando-se importantes fatores que auxiliam e acompanham o desenvolvimento dos negócios gerados pelos agentes deste ramo. O setor das contas a pagar das empresas é de grande importância, pois concentram a saída de recursos financeiros relativos às atividades pela empresa desenvolvida. O estudo desenvolvido foi de forma descritiva, qualitativa e quantitativa, onde foi realizada uma entrevista com os proprietários pra empresa. Conclui-se, ao final de trabalho, que a empresa não tem controles que poderiam auxiliar nas suas tomadas de decisões e evitar possíveis fraudes. Ainda com o presente trabalho, identificou-se que a implantação de controles internos é importante, evitando perdas e desgastes que poderiam ser evitados. A implementação de controles apropriados às contas a pagar trará crescimento para a empresa e agilizará o trabalho dos gestores.

Palavras chaves: Controle interno. Contas a pagar.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Vista panorâmica da empresa Cerâmica Schenatto.	37
Figura 2 – Vista panorâmica da empresa Cerâmica Schenatto.	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Audibra	Instituto dos Auditores Internos do Brasil
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Ibracon	Instituto Brasileiro de Contadores

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO ASSUNTO	11
1.2 OBJETIVOS	11
1.2.1 Objetivo geral.....	11
1.2.2 Objetivos específicos.....	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
2.1 AUDITORIA	13
2.1.1 Fundamentos de Auditoria	13
2.1.2 Conceitos e Aplicação da Auditoria Contábil	15
2.1.3 Auditoria Interna.....	16
2.1.4 Auditoria Externa.....	18
2.1.5 Principais Diferenças entre Auditoria Interna e Externa.....	18
2.1.6 Órgãos relacionados com auditores	19
2.1.6.1 CVM.....	19
2.1.6.2 Ibracon	20
2.1.6.3 CFC e CRC.....	20
2.1.6.4 Audibra.....	21
2.2 CONTROLE INTERNO	21
2.2.1 Conceitos e Definições sobre Controle Interno.....	21
2.2.2 Importância do Controle Interno.....	22
2.2.3 Objetivos do Controle Interno	23
2.2.4 Princípios do Controle Interno.....	23
2.2.4.1 Responsabilidade.....	23
2.2.4.2 Rotinas Internas.....	24
2.2.4.3 Acesso aos Ativos	25
2.2.4.4 Segregações de funções.....	26
2.2.4.5 Confronto de ativos com os registros	26
2.2.4.6 Amarrações do sistema.....	27
2.2.5 Limitação do controle interno	28
2.2.6 Controle Interno e Fraude	29
2.3 OBRIGAÇÕES.....	29
2.3.1 Classificação das Obrigações.....	29
2.3.1.1 Fornecedores.....	30
2.3.1.2 Contas a pagar	30
2.3.2 Auditoria de fornecedores.....	31
2.3.3 Auditoria contas a pagar.....	31

3 PROCESSO METODOLÓGICO	33
3.1 DELINEAMENTO DE PESQUISA	33
3.2 PROCEDIMENTOS E TÉCNICOS DE COLETA DE DADOS	35
3.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS.....	35
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSÃO DOS RESULTADOS	36
4.1 A EMPRESA.....	36
4.2 AVALIAÇÕES DO CONTROLE INTERNO	38
4.3 RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES	41
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	45
APÊNDICE A	487
APÊNDICE A – ENTREVISTA DE CONTROLE INTERNO DAS CONTAS A PAGAR ..	48

1 INTRODUÇÃO

A competitividade do mercado esta cada vez maior, em um processo muito acelerado de mudanças. Tudo ocorre em tempo real, o crescimento, a evolução e a tecnologia que as empresas vêm adaptando, isso faz com que a administração sinta com maior necessidade de manter o foco, ter informações e uma boa contabilidade.

A contabilidade vem sendo algo muito importante para uma empresa, e junto com ela esta os controles internos, onde tem uma grande importância em todas as áreas dentro da empresa. Com os controles internos se podem controlar todas as contas e assim tomar decisões sobre o futuro da empresa.

Mas ainda existem empresas que não utilizam destas informações, deixando, assim de tomar boas decisões para o futuro da sua empresa, tendo em vista que atualmente não são só grandes empresas, que tem que dispor de uma boa contabilidade, mas sim as pequenas e médias, pois traz grandes benefícios para os empresários.

Para Almeida (2010), a auditoria surgiu, principalmente através da evolução do sistema capitalista, da expansão do mercado e do aumento da concorrência, pois todas estas mudanças levaram as entidades a aumentarem seus processos tecnológicos e ampliarem suas instalações, a fim de atender as expectativas dos consumidores, e conseqüentemente houve a necessidade de aprimorar os controles internos.

Ainda Almeida (2010) afirma que, as obrigações representam fontes de recursos e reivindicações de terceiros contra os ativos da empresa. As contas do passivo são testadas para a subavaliação, assim o auditor está interessado em constatar se todas as dívidas da empresa foram devidamente registradas na contabilidade.

1.1 IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO ASSUNTO

A Cerâmica Schenatto é uma empresa que atua no segmento de fábrica de artefatos de cerâmica, tijolos, para construções, comércio de varejos, matérias de construções entre outros, e também atua com terraplenagem. A empresa está localizada em Vila Vitória, interior cidade de Ibiacá.

Conforme Almeida (2010) o controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa.

Um adequado e eficiente controle interno são imprescindíveis para a administração, por ser instrumento destinado à vigilância e determinar procedimentos a serem adotados na realização das operações da organização, visando fiscalizar, observar os fatos ocorridos dentro da empresa de maneira que os funcionários sigam as medidas estabelecidas.

Todas as empresas necessitam de informações confiáveis e diretas, que auxiliem no processo de tomada de decisões corretas, utilizando os controles internos, que representa os procedimentos, métodos e rotinas de uma empresa para a proteção dos ativos na produção de dados contábeis confiáveis, com o objetivo de controlar, evitando que os funcionários cometam erros dolosos ou intencionais, causando prejuízos para a mesma.

Dessa forma, o problema de pesquisa que este trabalho pretende responder é: **Existe um controle interno nas contas a pagar que permita segurança em seus processos e gere informações corretas para tomada de decisões?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Avaliar a adequação e a eficiência do controle interno das obrigações na empresa Cerâmica Schenatto LTDA EPP.

1.2.2 Objetivos específicos

- Apresentar referencial teórico sobre o assunto;
- Verificar a existência de normas para os procedimentos de controle interno nas contas a pagar da empresa;
- Identificar como é gerenciado o controle interno das contas a pagar da empresa;
- Analisar e avaliar, através de entrevista, os controles internos existentes atualmente nas contas a pagar;
- Apresentar sugestões e recomendações de melhorias no controle interno das contas a pagar.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 AUDITORIA

2.1.1 Fundamentos de Auditoria

Para Almeida (2010), a auditoria surgiu, principalmente através da evolução do sistema capitalista, da expansão do mercado e do aumento da concorrência, pois todas estas mudanças levaram as entidades a aumentarem seus processos tecnológicos e ampliarem suas instalações, a fim de atender as expectativas dos consumidores, e conseqüentemente houve a necessidade de aprimorar os controles internos.

Ainda conforme Franco e Marra (2001, p.44), o surgimento e o progresso da auditoria verifica-se, em todos os países do mundo, como consequência dos seguintes fatores:

- O crescimento de empresas cuja complexidade e ramificações tomaram impossível aos administradores controlarem todos os atos de seus subordinados.
- O aparecimento, cada vez em maior número, das sociedades abertas.
- A utilização, sempre crescente, de capitais de terceiros por parte das empresas, principalmente de financiamentos de entidades particulares e empréstimos junto ao público.
- O crescimento da importância do imposto de renda, baseado no resultado do exercício, empresas optantes pelo lucro real.
- O controle, cada vez maior, do poder público sobre as empresas particulares e entidades que exercem atividades relacionadas com o interesse público.
- A exportação de capitais, ou seja, a instalação de subsidiárias de empresas multinacionais, exigindo a fiscalização e o controle das atividades dessas subsidiárias. Igualmente, a associação de multinacionais com empresas locais, gerando o interesse das controladoras (matriz) em controlar seu investimento.

Conforme (Attie, 2011, p.5), “a auditoria é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado”.

No entendimento de Franco e Marra (2001), a auditoria consiste no exame de documentos livros e registros, inspeções, obtenção de informações e confirmações internas e externas, objetivando verificar se as demonstrações representam a situação nelas demonstradas, para mensurar a adequação e confiabilidade dos registros e das demonstrações contábeis.

Para Crepaldi (2011, p.34), “pode-se definir auditoria como o levantamento, estudos e avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas das demonstrações financeiras de uma entidade”.

Motta (1992, p.15), acrescenta que auditoria é uma ramificação da profissão contábil que realiza.

O exame científico e sistemático dos livros, contas, comprovantes e outros registros financeiros de uma companhia, com o propósito de determinar a integridade do sistema de controle interno, das demonstrações financeiras, bem como o resultado das operações e assessorar a companhia no aprimoramento dos controles internos, contábeis e administrativos.

Franco e Marra (2001, p.34), citam algumas vantagens para os administradores em contratar uma auditoria nas suas empresas:

- Fiscaliza a eficiência de controles internos;
- Assegura maior correção dos registros contábeis;
- Opina sobre a adequação das demonstrações contábeis;
- Dificulta desvios de bens patrimoniais e pagamentos indevidos de despesas;
- Possibilita apuração de omissões no registro das receitas, na realização oportuna de créditos ou na liquidação oportuna de débitos;
- Contribui para obtenção de melhores informações sobre a real situação econômica, patrimonial e financeira das empresas;
- Aponta falha na organização administrativa da empresa e nos controles internos.

A auditoria pode basear-se em informações obtidas fora da empresa, pois essas podem obter maiores características de credibilidade, a auditoria exerce sua ação preventiva, saneadora e moralizadora, para confirmar a veracidade das informações. CREPALDI (2011)

A auditoria é uma ferramenta importante dentro das empresas, pois proporciona uma avaliação das demonstrações contábeis e registros apresentados, podendo mostrar a autenticidade, confiabilidade, críticas e fazer interpretações das mesmas.

2.1.2 Conceitos e Aplicação da Auditoria Contábil

Araújo et al. (2008, p.1), a tarefa de conceituar auditoria não é das mais fáceis, especialmente em face da possibilidade de aplicação dessa técnica em muitas áreas do conhecimento humano. Etimologicamente, a palavra “auditoria” origina-se do latim *audire* (ouvir). Inicialmente, foi utilizada pelos ingleses (*auditing*) para significar o conjunto de procedimentos técnicos utilizados para a revisão da escrituração e evidenciação dos registros contábeis.

Pereira diz que uma das mais respeitadas definições provém da American Accounting Association, que define auditoria como:

Um processo sistemático de obtenção objetiva e avaliação de evidências concernentes a afirmações sobre ações econômicas e eventos, para verificar o grau de correspondência entre essas assertivas e os critérios estabelecidos, bem como os aspectos de comunicação dos resultados aos usuários interessados.

A auditoria das demonstrações contábeis constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre sua adequação, consoante os Princípios Fundamentais de Contabilidade e pertinentes à legislação específica. (CREPALDI; 2011, p.3).

Perez Junior (2012, p. 2) diz que “a auditoria é uma técnica autônoma dentre as técnicas da ciência contábil, razão pela qual tem objeto perfeitamente identificado e definido, sendo este não apenas único, mas também múltiplo, conforme o entendimento unanimemente consagrado nos dias de hoje.”

A auditoria contábil é aplicada às companhias abertas, sociedade e empresas que integram o sistema de distribuição de valores mobiliários, art. 26 da Lei n 6.385/76.

As demonstrações auditadas regularmente também serão das empresas que:

- Faturem mais que R\$ 300 milhões por ano;
- Possuírem ativos superiores a R\$ 240 milhões, Lei n 11.638/07.

Até o momento não existe legalmente nada nos termos da Lei nº11.638/07 que obrigue a publicação das demonstrações contábeis das sociedades limitadas de grande porte.

A definição pode ser enunciada da seguinte forma, conforme o ponto de vista de Sá (2002, p.25):

Auditoria é uma tecnologia contábil aplicada ao sistemático exame dos registros, demonstrações e de quaisquer informes ou elementos de consideração contábil, visando a apresentar opiniões, conclusões, críticas e orientações sobre situações ou fenômenos patrimoniais da riqueza azierdal, pública ou privada, quer ocorridos, quer por ocorrer ou prospectados e diagnosticados.

2.1.3 Auditoria Interna

Sá (1998, p. 41) diz que “quando a verificação dos fatos é realizada por funcionários da própria empresa, constituindo um serviço uma seção ou um departamento, a intervenção ou censura denomina-se auditoria interna.”

O estabelecimento de um conjunto de declarações de funções determina a autoridade, a responsabilidade e o exercício das funções dos níveis hierárquicos.

Uma vez identificadas às tarefas agregadas, tem-se um esboço pelo qual as áreas passam a operar em função dessas determinações, e assim de maneira lógica podem estabelecer os critérios, formas e metodologia a empregar, face aos objetivos que devem cumprir. (ATTIE; 2011, p.17).

Depois de organizada a empresa, cada classe ou setor segue declarações de funções estabelecidas que irão auxiliar para cumprir os propósitos, a missão e a autoridade de cada função a cumprir seus objetivos.

Dentro dessas declarações encontramos a auditoria que com uma estrutura firme e sólida, dá suporte ao funcionamento da atividade com independência e objetividade.

A Auditoria Interna é uma atividade de avaliação independente dentro da empresa, que se destina a revisar as operações, como um serviço prestado à administração.

Aquela em que o serviço é praticado por contadores empregados das sociedades, associações e fundações, que o contratam para tal. A aplicação dos trabalhos tem fundamento na validação e avaliação dos controles internos e demais procedimentos, pois, devido à falta de independência, uma vez que o profissional é empregado, está impedido o mesmo de dar uma opinião para interessados ou usuários externos, sobre a adequação das demonstrações contábeis encerradas. (HOOG e CARLIN; 2011, p.60).

Franco (2001, p.218) assim define a auditoria interna: “É aquela exercida por funcionário da própria empresa, em caráter permanente”.

A atividade da auditoria está delegada ao diretor da área, o qual está autorizado a dirigir ampla e completa programação de auditoria interna voltada a cobertura de toda a organização. (ATTIE; 2011, p.18).

Attie (2011, p.19) ainda cita que: A atividade de auditoria deve abranger o estudo de controles internos aplicáveis às operações e atividades departamentais e à confirmação de fidedignidade dos valores expressos nas demonstrações financeiras e todos os informativos gerencias em todas as empresas controladas, coligadas, subsidiárias ligadas, em caráter permanente, à matriz.

Sobre a responsabilidade da auditoria cabe salientar que os trabalhos são planejados em bases anuais e submetidos à aceitação da Administração da empresa, à qual aprovará e fará modificações necessárias de acordo com seus objetivos. Os resultados deverão ser apresentados trimestralmente, quanto ao seu cumprimento e principais aspectos observados.

Crepaldi (2011, p. 32) que as responsabilidades do auditor interno devem ser:

- Informar e assegurar a administração e desincumbir-se das responsabilidades de maneira condizente com o Código de Ética do Instituto dos Auditores Internos;
- Coordenar suas atividades com a de outros, de modo a atingir com mais facilidade os objetivos da auditoria em benefício das atividades da empresa.

Ao assumir maiores responsabilidades, a pessoa do auditor estará desenvolvendo seu senso profissional, o que, inevitavelmente, lhe trará maiores conhecimentos e possibilidades de progresso. (ATTIE; 2011, p. 21).

As atribuições fornecem ao pessoal da auditoria, o rumo e conhecimento de suas funções e responsabilidades.

Cada organização tem uma forma de estrutura de auditoria, que varia de acordo com suas necessidades.

As sociedades empresárias que possuem auditoria interna, sempre contratam os serviços da auditoria externa, sendo que esta procura se apoiar nos trabalhos do auditor interno para melhor avaliar os sistemas de informações e procedimentos de controles internos. (HOOG E CARLIN; 2011, p.60).

2.1.4 Auditoria Externa

A auditoria externa ou auditoria independente surgiu como parte da evolução do sistema capitalista. (ALMEIDA; 2010, p.1).

A Auditoria Externa é executada por profissionais independentes, sem ligação com o quadro da empresa. Sua intervenção é ajustada em contrato de serviços. (CREPALDI; 2011, p.38).

2.1.5 Principais Diferenças entre Auditoria Interna e Externa

As principais diferenças encontradas entre o trabalho do auditor interno e externo citadas por Crepaldi (2011, p. 39) são:

- Extensão dos trabalhos: o escopo dos trabalhos feitos pelo auditor interno normalmente é determinado pela gerência, enquanto a extensão do exame do auditor externo é determinada pelas normas usuais reconhecidas no país ou requeridas por legislação específica;
- Direção: o auditor interno dirige seus trabalhos para assegurar que o sistema contábil e de controle interno funcionam eficientemente, a fim de que os dados contábeis fornecidos à gerência apresentem os fatos com exatidão. Os trabalhos do auditor externo, entretanto, são determinados por seu dever de fazer com que as demonstrações contábeis a serem apresentadas a terceiros, como por exemplo a acionistas, investidores, fornecedores, à fiscalização, reflitam com propriedade a situação contábil de uma empresa em certa data, e os resultados das operações do período examinado;
- Responsabilidade: a responsabilidade do auditor interno é para com a gerência, ao passo que a responsabilidade do auditor externo geralmente é mais ampla. É

evidente que o auditor interno, sendo funcionário da empresa, não tem condição de total independência que possui o auditor externo;

- Métodos: não obstante as diferenças apontadas, os trabalhos de ambos são efetuados em geral por métodos idênticos. O auditor interno segue mais as rotinas de cunho interno, ou seja, observa o cumprimento rígido das normas internas, pois ele tem domínio da cultura da empresa, enquanto o auditor externo observa mais o cumprimento das normas associadas as leis de forma bem ampla, ele tem melhor domínio dos aspectos de interesse coletivo.

2.1.6 Órgãos relacionados com auditores

Os órgãos reguladores da profissão contábil, em todos os países, divulgam normas de auditoria, com o objetivo de regular as diretrizes a serem seguidas por estes profissionais no exercício de suas funções. (FRANCO; MARRA, 2001, p. 56).

Magalhães, Lunkes e Muller (2001, p. 43), argumentam que:

A principal ação desses órgãos é desenvolver a atividade normalizadora com o propósito de aperfeiçoamento das profissões dos contadores e dos auditores independentes, dos mercados de valores mobiliários e a fiscalização do exercício desses profissionais e das companhias de capital aberto.

Dentre os vários órgãos que estão relacionados a contadores e auditores podemos citar os principais que são: CVM, Ibracon, CFC, CRC's, Audibra. (ALMEIDA, 2003, p. 31).

2.1.6.1 CVM

Almeida explica que a Comissão de Valores Mobiliários, criada pela Lei Federal no 6.385/76, como órgão de administração indireta do país, sob a forma de autarquia, vinculada ao Ministério da Fazenda, funciona como um órgão fiscalizador do mercado de capitais no Brasil e sua administração é exercida por um presidente e quatro diretores nomeados pelo Presidente da República (2008, p. 31).

Ainda conclui que esta tem como principal função a disciplina, a fiscalização e a promoção do mercado de valores mobiliários e também estabelece regras para os auditores independentes e normas de contabilidade.

2.1.6.2 Ibracon

O Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon) foi fundado em 1971, e é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como principais objetivos fixar princípios de contabilidade e elaborar normas e procedimentos relacionados à auditoria (externa e interna) e perícias contábeis. (ALMEIDA, 2003, p. 31).

Com o objetivo de concentrar em um único órgão a representatividade dos profissionais auditores foi criado o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Ele foi criado para auxiliar no novo processo, quando a auditoria independente passou a ser obrigatória para as empresas de capital aberto e o primeiro conjunto de normas sobre demonstrações contábeis foi escrito e adotado por meio da Circular Nº 179 do Banco Central do Brasil.

2.1.6.3 CFC e CRC

Segunda a definição de Almeida, sabemos que:

O Conselho Federal de Contabilidade e os Conselhos Regionais de Contabilidade (CFC e CRC) foram criados pelo decreto-lei nº 9.295, de 27.5.1946. Esses conselhos representam entidades de classe dos contadores, ou seja, é o local onde o aluno, após concluir o curso de Ciências Contábeis na universidade, registra-se na categoria de contador. (ALMEIDA, 2010, p.10).

O registro e a fiscalização do exercício da profissão de contabilista é a principal finalidade desses conselhos.

2.1.6.4 Audibra

Conforme Almeida (2003, p. 33), o Instituto dos Auditores Internos do Brasil (Audibra), fundado em 1960, é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos. Seu principal objetivo é promover o desenvolvimento da auditoria interna, mediante o intercâmbio de ideias, reuniões, conferências, congressos, intercâmbio com outras instituições, publicações de livros e revistas e divulgação da importância da auditoria interna junto a terceiros.

2.2 CONTROLE INTERNO

2.2.1 Conceitos e Definições sobre Controle Interno

No livro de Attie (2011, p.182), ele apresenta o conceito de controle interno do Comitê de Procedimentos de Auditoria do Instituto Americano de Contadores públicos Certificados, AICPA, o qual diz:

“O controle interno compreende o plano de organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas, adotados pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pela administração”.

Entretanto para Almeida (2010, p. 42),

O controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa.

Motta (1992, p.44), acrescenta que “o controle interno deverá, portanto, ter suas funções distribuídas de tal forma que uma mesma operação não comece e termine na mão de um único funcionário”.

Conforme Crepaldi (2011, p.377-378), controle interno é classificado em operacional, relacionado às ações que propiciam o alcance dos objetivos da entidade, contábil, relacionado à veracidade e à fidedignidade dos registros e das demonstrações contábeis e normativo, relacionado à observância da regulamentação pertinente.

Desta forma Almeida (2010, p. 42), nos apresenta exemplos de controles contábeis: sistemas de conferência, aprovação e autorização, segregação de função, controles físicos sobre ativos e auditoria interna.

Quanto aos exemplos de controles administrativos Almeida (2010, p.42-43), aponta que são:

- Análises estatísticas de lucratividade por linha de produtos;
- Controle de qualidade;
- Treinamento de pessoal;
- Estudos de tempos e movimentos;
- Análise das variações entre os valores orçados e os incorridos;
- Controles dos procedimentos assumidos, mas ainda não realizados economicamente.

2.2.2 Importância do Controle Interno

A importância do controle interno fica patente a partir do momento em que se torna impossível conceber uma empresa que não disponha de controles que possam garantir a continuidade do fluxo de operações e informações proposto. (ATTIE; 2011, p.185).

Os Controles Internos constituem um processo que busca maior segurança das informações e processos operacionais das organizações. Deve ser implementado pela alta administração da empresa com apoio e envolvimento de diretores, gestores e colaboradores de todos os níveis, com a finalidade de prover razoável garantia quanto à realização dos objetivos específicos da empresa. (IBRAIM LISBOA. PORTAL DE AUDITORIA, 2011).

A importância dos controles internos para uma organização e todos os envolvidos é que, fundamentalmente, o controle pode ser entendido como a última etapa do processo sequencial administrativo. Essa etapa consistiria em comparar a realidade com o previsto; identificar os desvios, se houver; analisar as causas desses desvios e implantar medidas corretivas, visando garantir a continuidade e a integridade da empresa. (OLIVEIRA, 1998, p. 106).

Crepaldi (2011, p. 386) diz, um sistema de contabilidade que não esteja apoiado em eficiente controle interno, é, até certo ponto, inútil, uma vez que não é possível confiar nas informações contidas em seus relatórios. Informações contábeis distorcidas podem gerar conclusões erradas e danosas para a empresa.

2.2.3 Objetivos do Controle Interno

Para Franco e Marra (2001, p.269) “os objetivos primordiais dos controles internos são: Fornecer à contabilidade dados corretos e conferir a exatidão da escrituração; Evitar alcances, desperdícios, erros e, se ocorridos, identifica-los”.

Sendo assim, “o conceito, a interpretação e a importância do controle interno envolvem imensa gama de procedimentos e práticas que, em conjunto, possibilitam a consecução de determinado fim, ou seja, controlar” (Attie, 1998, p.117).

Ainda Attie (2011, p. 195), diz que em regra geral: “o controle interno tem quatro objetivos básicos: a salvaguarda dos interesses da empresa; a precisão e a confiabilidade dos informes e relatórios contábeis, financeiros e operacionais; o estímulo à eficiência operacional; e a aderência às políticas existentes”.

2.2.4 Princípios do Controle Interno

Para Sá (2002, p.107), a eficiência do controle interno depende de métodos, meios e pessoal adequado. Alguns profissionais salientam que para o cumprimento dos princípios fundamentais dos controles internos são necessários alguns componentes, tais como: “organização e regime de autorizações; supervisão e procedimentos normativos; registros e relatórios; auditoria interna; estatísticas”.

2.2.4.1 Responsabilidade

Almeida (2010, p.43), ressalta que as “atribuições dos funcionários ou setores internos da empresa devem ser claramente definidas e limitadas, de preferência por escrito, mediante o estabelecimento de manuais internos de organização”.

O mesmo autor cita algumas razões para se definir as atribuições: assegurar que todos os procedimentos sejam executados, detectar erros e irregularidades e apurar as irregularidades por eventuais emissões na realização das transações na empresa. (ALMEIDA 2010, p.43).

Ainda Almeida (2010, p.43-44), apresenta alguns exemplos de tarefas internas de controle para as quais precisam ser definidos pelos empregados responsáveis,

- Aprovação de aquisição de bens e serviços;
- Execução do processo de aquisição (cotação de preços, seleção de fornecedor e formalização da compra);
- Certificação do recebimento de bens ou prestação de serviços;
- Habilitação do documento fiscal do fornecedor para pagamento (confronto da nota fiscal do fornecedor com contrato, ordem de compra etc.);
- Programação financeira do pagamento;
- Guarda de talonários de cheques em branco;
- Preenchimento dos cheques para pagamento;
- Assinatura de cheques;
- Pagamento ao fornecedor;
- Aprovação de venda;
- Preparo da nota fiscal de venda, fatura e duplicata;
- Controle de cobrança de vendas a prazo;
- Programação financeira do recebimento;
- Recebimento do numerário;
- Preparo de recibo de depósito;
- Depósito do numerário em branco;
- Controle dos registros dos empregados;
- Determinação dos valores a pagar dos empregados;
- Pagamentos aos empregados;
- Controle físico sobre os ativos (dinheiro em caixa, cautelas de títulos, estoques etc.);
- Registro contábil das operações da empresa.

Segundo Attie (2011), as funções devem ser definidas em todos os níveis da organização, independentemente se o cargo é do mais alto nível, pois a posição não deve confundir-se com a verdadeira natureza da responsabilidade.

2.2.4.2 Rotinas Internas

As rotinas internas da empresa devem ser definidas com precisão no manual de organização. Essas rotinas, segundo Almeida (2010, p. 44-45), como exemplos:

- a) Formulários internos e externos, como por exemplo: requisição de aquisição de material ou serviços; formulário de cotação de preços (para solicitar preços aos fornecedores); mapa de licitação (para selecionar o fornecedor que ofereceu as melhores condições comerciais); ordem de compra (para formalizar a compra junto ao fornecedor); aviso de recebimento de material (evidência do recebimento de bens comprados); mapa de controle de programação financeira: fichas de lançamento contábil; boletim de fundo fixo (para fins de prestação de contas dos valores pagos através do caixa); carta de comunicação com os bancos; formulário de devolução de material; pedido de vendas; adiantamento para viagem; relatório de prestação de contas.
- b) Instruir para o preenchimento e destinação dos formulários internos e externos;
- c) Evidenciar as execuções dos procedimentos internos de controle (assinatura, carimbos, etc);
- d) Procedimentos internos dos principais setores da empresa, como por exemplo: compras no país e no exterior; contas a pagar; programação financeira; caixa; controle de faturamento; crédito e cobrança; vendas; fiscal; almoxarifado; controladoria.

Para Nascimento et al. (2007, p. 101), o ideal é a empresa possuir um manual elaborado com base no esboço de cada operação e tarefa a ser executada, que contenha todos os procedimentos de controle, bem como mencionar os responsáveis pela elaboração, implantação e revisão de cada um.

2.2.4.3 Acesso aos Ativos

Para atingir um grau de segurança adequado, o acesso aos ativos de uma empresa deve estar limitado ao pessoal autorizado e de estabelecer controles físicos sobre esses. O acesso aos ativos inclui acesso físico direto e acesso indireto através de preparação ou processamento de documentos que autorizem o uso ou disposição desses ativos. Crepaldi (2011, p. 388) cita acesso aos ativos da empresa, os quais representam:

- manuseio de numerários recebidos antes de ser depositado em conta corrente bancária;
- emissão de cheque sozinho (única assinatura);
- manuseio de assinados;
- manuseio de envelopes de dinheiro de salários;
- custódia de ativos (dinheiro em caixa, cautelas de títulos, estoques, imobilizado, etc.).

Para Almeida (2010, p. 46), são exemplos de controles físicos sobre os ativos: local fechado para o caixa guarda de títulos em cofre, à fábrica deve ser totalmente cercada e na saída os funcionários ou terceiros com embrulhos e carros devem ser revistados na saída.

Ainda para Crepaldi (2011) o acesso aos ativos pode se dar de forma direta, ou seja, física, ou indiretamente, por meio de documentos que autorizam sua movimentação. O acesso ao ativo deve ser limitado, para que a empresa tenha controle físico, evitando fraudes.

2.2.4.4 Segregações de funções

“A segregação de funções consiste em estabelecer que uma mesma pessoa não pode ter acesso aos ativos e aos registros contábeis, devido ao fato de essas funções serem incompatíveis dentro do sistema de controle interno” (Almeida, 2003, p.67)

Da mesma forma, para Attie (1998, p.117) segregação de funções significa estabelecer a independência para as funções de execução operacional, guarda física e contabilização. Sendo assim, ninguém deve ter sob sua inteira responsabilidade todas as fases inerentes a uma operação. Cada fase deve ser preferencialmente executada por pessoas e setores independentes entre si.

Almeida (2003, p. 67) cita como exemplo: “caso o funcionário tivesse acesso aos ativos e registros contábeis, ele poderia desviar fisicamente o ativo e baixá-lo contabilmente para despesa, o que levaria a ocultar permanentemente essa transação”.

Segundo o CRC-SP/IBRACON (2000, p. 46), “a grande maioria dos erros ou desfalques intencionais em operações de pagamento e recebimentos, e também na guarda de valores, é cometida em razão do acúmulo de funções incompatíveis e da falta de “verificação interna””.

2.2.4.5 Confronto de ativos com os registros

Conforme Crepaldi (2011), os procedimentos de confronto devem ser feitos por pessoas independentes dos ativos, limitando a possibilidade de haver desfalques e confirmando a administração com a existência exata dos ativos com os registros.

Para Almeida (2010, p. 46), são exemplos desse confronto:

Contagem de caixa e comparação com o saldo do razão geral; contagem física de títulos e comparação com o saldo da conta de investimentos do razão geral; conciliações bancárias (reconciliação, em determinada data-base, do saldo da conta corrente bancária segundo o razão da contabilidade, com o saldo pelo extrato enviado pelo banco); inventário físico dos bens do estoque e do ativo imobilizado confronto com os registros individuais e comparação do somatório dos saldos desses registros com o saldo da respectiva conta do razão geral.

Confronto dos ativos com registros é a forma de analisar a informação do relatório contábil, com o físico, ocorrendo à comprovação dos mesmos, para que se saibam quais ativos estão na empresa, é uma maneira de evitar roubos, analisar as diferenças e fazer os ajustes necessários.

2.2.4.6 Amarrações do sistema

Conforme Almeida (2003, p.68), “os sistemas de controle interno devem ser gerados de maneira que sejam registradas apenas as transações autorizadas, por seus valores corretos e dentro do período de competência”.

Ainda para Almeida (2010, p.47-48), esse fato exige uma série de providências, tais como:

- a) Conferência independente do registro das transações contábeis;
- b) Conferência independente dos cálculos;
- c) Conferência da classificação contábil de todos os registros finais por um contador experiente;
- d) Estabelecer controles sequenciais sobre as compras e vendas, de forma a afirmar que essas transações sejam contabilizadas na época devida;
- e) Rotinas internas de controle devem ser determinadas de modo que uma área controle a outra.

Todas as etapas de um sistema de controle interno estão interligadas de maneira que as operações registradas só poderão ser feitas mediante autorização dos superiores, com valores corretos e dentro do período de competência. (CREPALDI, 2011).

2.2.5 Limitação do controle interno

Para Almeida (2010, p. 50), as limitações do controle interno são principalmente com relação a: conluio de funcionários na apropriação de bens da empresa, os funcionários não são adequadamente instruídos com relação às normas internas e funcionários negligentes na execução de suas tarefas diárias.

Para Attie (2011, p.204), os erros podem ser: “de interpretação, como a aplicação errônea dos princípios contábeis; de omissão por não aplicar procedimento prescrito nas normas; decorrentes de má aplicação de procedimentos e normas”.

Conforme Crepaldi (2011), o sistema de controle interno adotado pela empresa, poderia não responder adequadamente aos seus objetivos e princípios no caso de: conluio de funcionários na apropriação de bens da empresa; instrução inadequada dos funcionários com relação às normas internas; negligência dos funcionários na execução de suas tarefas diárias.

Conforme Franco e Marra (2001), os controles internos não podem dar evidências de que os objetivos são atingidos por ter limitações inerentes, podendo a empresa ficar desprotegida contra erros e irregularidades, como por exemplo:

- exigência da administração de que os custos do controle interno não excedam os benefícios obtidos;
- a maioria dos controles internos são direcionados para as transações de rotina e as não rotineiras ficam a mercê das fraudes;
- capacidade de erro humano devido a descuido, distração, erros de julgamentos e instruções mal entendidas;
- a possibilidade de contornar os controles, através de conluio de funcionários e administradores;
- a possibilidade de abuso de responsabilidade passando por cima de um controle interno;
- a possibilidade de os procedimentos se tornarem inadequados devido a mudanças e se deteriorarem.

A limitação do controle interno existe para que os funcionários fiquem com funções determinadas, evitando que se apropriem de bens da empresa, ou ocorra falta de cuidado na aplicação das normas internas, deixando assim as funções bem claras.

2.2.6 Controle Interno e Fraude

As fraudes são apontadas como um problema comum e crescente nas empresas, decorrente do enfraquecimento dos problemas éticos, morais e sociais e, principalmente da ineficiência dos sistemas de controles internos.

Bons controles internos apenas previnem contra a fraude e minimizam os riscos de erros e irregularidades, porque, por si só, não bastam para evitá-los. (CREPALDI; 2011, p.393).

A eficiência do sistema de controle interno como um todo deve permitir detectar não somente irregularidades de atos intencionais, como também erros de atos não intencionais. Esses erros podem ser:

- a) De interpretação como, por exemplo, a aplicação errônea dos princípios contábeis geralmente aceitos na contabilização de transações;
- b) De omissão por não aplicar um procedimento prescrito nas normas em vigor;
- c) Decorrentes da má aplicação de uma norma ou procedimento. (ATTIE; 2011, p. 204).

Os controles internos servem para se detectar as irregularidades. E quando estes são bons ajudam a identificação das fraudes. Mas um acordo entre dois ou mais integrantes da organização podem tornar o melhor sistema de controle interno sem validade.

2.3 OBRIGAÇÕES

2.3.1 Classificação das Obrigações

Almeida (2010) afirma que as obrigações são classificadas no balanço patrimonial nos grupos do passivo circulante ou passivo não circulante. No passivo circulante são registradas as dívidas que irão vencer no exercício social seguinte ou dentro de um ano. No passivo não circulante são contabilizadas as obrigações que irão vencer após o término do exercício social seguinte ou depois de um ano.

Conforme Sá (2002), as obrigações a curto prazo liquidam-se normalmente até 180 dias (embora julguem muitos autores que até um ano ainda é curto prazo). São normalmente os débitos de funcionamento.

Ainda Sá (2002) afirma, que aquelas que se liquidam a longo prazo e que são provenientes de empréstimos de numerário são comumente denominadas débitos de financiamento.

2.3.1.1 Fornecedores

As aquisições de bens ou serviços são contabilizadas no grupo de fornecedores a pagar. O momento em que deve ser reconhecida a obrigação ocorre quando a empresa recebe a prestação do serviço ou quando o ativo passa para sua propriedade. Quando a empresa assume o controle, os riscos e os benefícios dos bens acontecem com frequência por ocasião do recebimento do bem. (ALMEIDA; 2010, p, 288).

Conforme o Manual de Contabilidade Societária (2010) normalmente nesse grupo deve ser feita a separação em fornecedores “Nacionais” e “Estrangeiros”, conforme o credor esteja sediado no país ou no exterior, incluindo o registro das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de matérias primas, mercadorias e outros materiais.

A contabilização das compras e o registro do passivo devem ser feitos em função da data da transmissão do direito de propriedade, que correspondem à data do recebimento da mercadoria.

2.3.1.2 Contas a pagar

As contas a pagar são passivos a pagar por conta de bens ou serviços fornecidos ou recebidos e que tenham sido faturados ou formalmente acordados com o fornecedor. Assim, são registradas nessa conta as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propagandas, honorários profissionais de terceiros, aluguéis, e todas outras contas a pagar. (MANUAL DE CONTABILIDADE SOCIETÁRIA; 2010, p. 296).

2.3.2 Auditoria de fornecedores

Lima e Castro (2009) afirma que a conta fornecedores representa o registro das obrigações a prazo assumidas pela empresa, normalmente decorrentes de compras efetuadas ou de serviços contratados. Basicamente, o objetivo da auditoria nesse grupo de contas é verificar se o saldo constante nas demonstrações contábeis espelha fielmente o valor devido.

Ainda Almeida (2010) afirma que para os procedimentos da auditoria de fornecedores devemos obter cartas de confirmação de saldos de alguns fornecedores. Devem ser circularizados os fornecedores, para os quais a empresa mantém maior volume de operações. A quantidade de fornecedores circularizados deverá ser decidida em conjunto com o responsável pela auditoria, levando em consideração, principalmente, a segurança do sistema de controle interno da área.

Lima e Castro (2009) apresentam alguns exemplos que podem ser aplicados na auditoria de fornecedores:

- Verificar os pagamentos parcelados, adiantamentos a fornecedores e débitos referentes à devolução de mercadorias;
- Verificar as contas já vencidas e ainda não pagas na área responsável pelas contas a pagar, confrontando, posteriormente, com a posição do saldo contábil;
- Verificar se os valores devidos em moeda estrangeira estão atualizados pela cotação vigente à época do fechamento das demonstrações contábeis ou do período em análise;
- Verificar a conveniência dos serviços contratados ou das compras efetuadas.

Para as obrigações vencidas e para os créditos sobre os quais os auditores observarem irregularidades ou suspeitarem de anormalidades, é recomendado que sejam expedidas circulares que solicitem a confirmação dos saldos. A equipe de auditoria poderá utilizar os papéis de trabalho fornecidos pela empresa auditada, como a relação dos fornecedores e seus respectivos valores. (LIMA E CASTRO, 2009; p. 146).

2.3.3 Auditoria contas a pagar

Na auditoria de Contas a Pagar, o maior volume de testes, principalmente quando o auditado for uma empresa comercial ou industrial, recai sobre as obrigações a fornecedores.

Ribeiro (2012) afirma que uma das preocupações do auditor deve ser direcionada para verificar se os saldos das Contas a Pagar apresentados no balanço refletem todas as obrigações da empresa e se não são subavaliados.

Os procedimentos de auditoria são semelhantes àqueles aplicados na auditoria de contas a receber de clientes, envolvendo conferências, confrontações de saldos do balanço com o razão geral e com o razão analítico, circulação com fornecedores, exame de procedimentos e cálculos efetuados para avaliação das obrigações a valor presente etc. (RIBEIRO, 2012; p. 328).

Em relação à circulação, nas cartas enviadas a fornecedores, não constam valores, pois é o fornecedor quem informa o valor da dívida da auditada. Recebendo a informação, o auditor confronta o montante do crédito com aquele contido nas demonstrações contábeis auditadas.

Conforme Ribeiro (2012) o auditor seleciona os fornecedores mais expressivos, considerando o volume das compras, o montante de crédito ou outro motivo que julgar conveniente.

O procedimento relativo ao envio das cartas aos fornecedores, bem como ao controle e exame das informações, é semelhante aqueles já estudados para a realização de circulação com clientes.

Ainda Ribeiro (2012) afirma que é importante destacar que, para as respostas não recebidas, como procedimentos alternativos, é comum executar procedimentos de eventos subsequentes. Esses procedimentos visam a identificar ativos ou passivos recebidos ou liquidados após a data da apuração dos resultados informado nas demonstrações contábeis que estão sendo auditadas cujos fatos geradores incorreram antes da apuração do respectivo resultado.

3 PROCESSO METODOLÓGICO

No presente capítulo será abordada a metodologia que foi utilizada para desenvolver a pesquisa, no sentido de fornecer suporte para o alcance dos objetivos propostos.

Diehl e Tatim (2004, p. 47), ainda afirmam que a “metodologia pode ser definida como o estudo e avaliação dos diversos métodos com o propósito de identificar possibilidades e limitações no âmbito de sua aplicação no processo de pesquisa científica”.

Permitindo que se faça a melhor escolha para abordar determinado problema, integrando os conhecimentos a respeito dos métodos em vigor nas diferentes disciplinas científicas, é um conjunto de processos que se torna possível conhecer uma realidade específica. (DIEHL E TATIM, 2004).

O desenvolvimento do presente trabalho teve por objetivo verificar a existência de controles internos e verificações da auditoria interna na parte das contas a pagar da empresa Cerâmica Schenatto Ltda EPP. Esse estudo nos motivou a apresentar soluções pra empresa pra aprimorar seus controles e melhorar suas tomadas de decisões.

3.1 DELINEAMENTO DE PESQUISA

Segundo Gil (2002, p.44) “pode-se definir pesquisa como o processo que tem por finalidade descobrir respostas para problemas mediante a utilização de procedimentos científicos”.

Para Soares (2003, p. 42) “de maneira geral, pode-se dizer que a pesquisa científica é a realização de uma investigação planejada, que é desenvolvida e redigida conforme normas metodológicas”.

O presente trabalho quanto ao tipo de pesquisa, tem como objetivo geral serem descritivos. Deste modo define-se um trabalho descritivo como aquele que tem como

principal objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, estabelecimento de relações entre variáveis. Uma das características mais importantes é a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como questionário e observação sistemática (DIEHL, TATIM, 2004).

A pesquisa realizada, portanto, pode ser classificada como quantitativa e qualitativa.

Quantitativa, pois foi efetuada a contagem do estoque físico, comparado com o relatório contábil e verificado a diferença, e qualitativa, pois os dados foram coletados nos contextos em que os fenômenos são construídos, análise dos dados é desenvolvida no decorrer do processo de levantamento, os estudos apresentam-se de forma descritiva, teoria construída por meio de análise, interação entre pesquisador e pesquisado.(DIEHL E TATIM, 2004)

Segundo Diehl e Tatim (2004, p.51), “a pesquisa quantitativa caracteriza-se pelo uso da quantificação tanto na coleta quanto no tratamento das informações por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples até as mais complexas”.

Ainda Diehl e Tatim (2004, p.52), “a pesquisa qualitativa pode descreve a complexidade de determinado problema e a interação de certas variáveis, compreender e qualificar os processos dinâmicos vividos por grupos sociais”.

Por uma avaliação formativa, Diehl e Tatim (2004, p.56), entendem que nesse tipo de pesquisa, o propósito é melhorar ou aperfeiçoar sistemas ou processos. A avaliação formativa normalmente implica um diagnóstico do sistema atual e sugestões para sua reformulação, por isso requer certa familiaridade com o sistema e, idealmente, a possibilidade de implementar as mudanças sugeridas e observar seus efeitos.

O estudo de caso, por sua vez, caracteriza-se pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante os outros delineamentos considerados. Atualmente adotado na investigação de fenômenos das mais diversas áreas do conhecimento, o estudo de caso pode ser visto como técnica psicoterápica, como método didático ou como método de pesquisa, neste ultimo sentido pode ser definida como um conjunto de dados que descrevem uma fase ou a totalidade do processo social de uma unidade, com suas diversas relações e em suas fixações culturais, quer essa unidade seja uma pessoa, uma família, um profissional, uma instituição social, uma comunidade ou uma nação. (Diehl e Tatim, 2004,p. 61).

3.2 PROCEDIMENTOS E TÉCNICOS DE COLETA DE DADOS

“As técnicas de coleta de dados devem ser escolhidas e aplicadas pelo pesquisador conforme o contexto da pesquisa, porém deve-se ter em mente que todas elas possuem qualidades e limitações, uma vez que são meios cuja eficácia depende de sua adequada utilização”. (Diehl e Tatim, 2004, p. 65).

Para a coleta de dados foi utilizado os dados fornecidos pela empresa através de documentos, além de entrevista e questionários com pessoas responsáveis pelas tarefas.

3.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Segundo Diehl e Tatim (2004, p. 86), “a análise compreende, além da verificação das relações entre variáveis, às explicações e especificações dessas relações. A interpretação procura dar significado mais amplo às respostas, vinculando-as a outros conhecimentos.”

Para Cervo e Bervian (2002), “a coleta de dados ocorre após a escolha e delimitação do assunto, a revisão bibliográfica, a definição dos objetivos, a formulação do problema e das hipóteses e a identificação.”

Após serem realizadas as entrevistas, foram comparados os procedimentos que são adotados e utilizados atualmente pela empresa com a legislação vigente e também com a literatura sobre as obrigações e contas a pagar. Também foi apresentadas sugestões de melhorias para a empresa.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 A EMPRESA

Fundada em 1980 na cidade de Ibiacá no estado do Rio Grande do Sul, a empresa Cerâmica Schenatto, especializada em fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para construções, tijolos, nasceu do sonho de um pai Angelo Schenatto e cinco filhos Jayr, Jandir, Valdecir, Valdimir e Claudemir de terem seus próprios negócios, com amplo conhecimento na área, fundaram sua cerâmica.

Com o falecimento do Sr. Angelo e seus dois filhos Valdimir e Claudemir a cerâmica agora conta com os sócios Jayr, Jandir e Valdecir.

A Cerâmica produz quatro diferentes tipos de tijolos 6 furos, 8 furos, 9 furos e maciços em diferentes tamanhos conforme normas do sindicato das cerâmicas. Em 2010, a fim de entrar em outro negocio, a empresa entrou também no ramo de terraplenagem, onde faz serviços em todo norte do Rio Grande do Sul.

Com 24 colaboradores a empresa atualmente se especializou para caminhar junto com as novas tecnologias no ramo cerâmico, implantou automatismo de carga e descarga dos produtos, onde a qualidade e resistência são muito maiores.



Figura 1 – Vista panorâmica da empresa Cerâmica Schenatto.
Fonte: Cerâmica Schenatto Ltda EPP



Figura 2 – Vista panorâmica da empresa Cerâmica Schenatto.
Fonte: Cerâmica Schenatto Ltda EPP

4.2 AVALIAÇÕES DO CONTROLE INTERNO

Para avaliar o controle interno das contas a pagar foi aplicada uma entrevista (Apêndice A), com os sócios da empresa. A seguir serão apresentadas as questões aplicadas na entrevista:

Na questão um sobre as obrigações da empresa, foi questionado se existia controle nas mesmas, onde todos os sócios responderam que sim. Um dos sócios o Sr. Jandir comentou que “sempre há falta de dinheiro, mas são controladas.” Almeida (2010) nos cita algumas das rotinas internas que podem auxiliar os controles da empresa, dentre elas estão:

- Requisição de aquisição de material ou serviços;
- Formulário de cotação de preços (para solicitar preços aos fornecedores);
- Mapa de licitação (para selecionar o fornecedor que ofereceu as melhores condições comerciais);
- Ordem de compra (para formalizar a compra junto ao fornecedor);

Na questão de número dois, comentou se existia setores especificamente responsáveis pelas contas a pagar, os três sócios tiveram coerência nas suas respostas, onde afirmaram que existe o setor.

Foi questionado na questão três sobre o responsável pelas contas a pagar. Há sim responsável, segundo os sócios, onde o responsável é um dos proprietários da empresa.

Na questão quatro, onde verificou se as contas a pagar são controladas por controle eletrônico, os sócios responderam que não. Attie (2012) afirma que, a correta observação dos princípios de controle interno é muito importante quando há aplicação de meios eletrônicos de processamento de dados, às vezes até mais do que em sistemas cujo processamento seja convencional.

Na questão cinco, referente às compras, foi questionado aos sócios se somente existe um responsável, a resposta obtida foi que não existe responsável, onde qualquer sócio ou até mesmo funcionário da empresa pode efetuar as mesmas. O responsável pelas compras no desempenho de suas funções deve obedecer aos procedimentos internos estabelecidos pela administração. Para esse processo, ele executa as operações de compras de insumos de produção, materiais de consumo interno, peça de reposição, serviços de manutenção, e compras de equipamentos.

Na questão seis, os sócios responderam sobre o serviço de compras, se eram organizados, os três proprietários afirmaram que nem sempre é organizado, como foi respondida da questão cinco, qualquer pessoa pode fazer compras.

As questões sete e oito trataram das autorizações das compras, se as mesmas eram feitas mediante escritas e que cargo autorizava. Os três proprietários afirmaram que não são feitas autorizações e não existem cargos para isso. É de fundamental importância que sejam estabelecidos critérios de aprovação de operações, a fim de evitar a compra de itens em excesso ou desnecessários, para assegurar que as compras se destinem aos fins adequados estabelecidos pela empresa. Logo Attie (2012) cita que, compreende o controle interno das operações através de métodos de aprovações, de acordo com as responsabilidades e os riscos dos envolvidos. À medida do possível, a pessoa que autoriza não deve ser a que aprova para não expor a risco os interesses da empresa.

Na pergunta nove, questionou se na empresa existem coletas de preços antes das ordens de compras, os sócios responderam que quase sempre há coletas de preços, onde algumas vezes não são executadas por falta de tempo.

Referente à questão dez, que o assunto abordado foi em relação se existe cadastro de fornecedores na empresa, os três sócios afirmaram que não há um cadastro dos fornecedores. Onde a falta desse cadastro pode causar danos para a empresa, segundo CRC-SP/IBRACON (2000), a seleção de fornecedores é realizada através do seu arquivo, assim como a avaliação de novos fornecedores. Selecionado o fornecedor que atende às suas necessidades, o encarregado de compras efetua a tomada de preços, evitando aqueles que costumam não atender às condições de fornecimento acordados na negociação.

De acordo com as questões onze e doze, as faturas não são conferidas com as notas fiscais, onde acontece de muitas vezes ocorre à falta de pagamento da mesma, e pode ocorrer a dupla aprovação de uma fatura, e ate mesmo ocorre de se pagar a fatura em duplicidade, e para (Crepaldi, 2011), o sistema contábil deve ser projetado de maneira tal, que o fluxo de dados contábeis se faça separadamente ao fluxo físico de estoques. As faturas de compra não devem ser lançadas nem aprovadas até que se verifique se os relatórios de recebimento conferem com os itens faturados, para então ser aprovado o pagamento.

Em relação às notas fiscais na questão treze, elas são conferidas aritmeticamente segundo os sócios da empresa.

A questão quatorze tratou de formulário de devolução das mercadorias, de acordo com os proprietários a empresa não tem formulário para devoluções, onde comentaram que as mercadorias são devolvidas direto ao fornecedor sem nenhum tipo de formulário.

Já a pergunta quinze o assunto questionado foi referente aos compradores, se os mesmos recebem cursos ou treinamentos para melhor desenvolver o trabalho de compras, como já citado acima a empresa não possui somente um responsável pelas compras. Sendo assim, os compradores não tem nenhum tipo de curso ou treinamento. Para Attie (2012), um sistema de controle interno que funcione corretamente não depende apenas no planejamento efetivo da empresa e da eficiência dos procedimentos e praticas instituídas, mas também da competência de todo o pessoal envolvido em cada função, para levar adiante, de forma eficiente e econômica, os procedimentos prescritos.

Ainda Perez (2011) comenta que, o funcionamento apropriado de um sistema de controle interno depende não apenas de um planejamento da organização e de procedimentos e diretrizes adequados, mas também e principalmente da escolha de funcionários aptos e experientes, e de pessoal capaz de cumprir os procedimentos estabelecidos, de forma eficiente e econômica.

A questão dezesseis trata da das normas internas que devem ser seguidas pelos funcionários, onde na empresa não existe nenhum tipo de normas internas segundo a resposta dos sócios.

Na questão dezessete onde comenta sobre o recebimento das mercadorias, os proprietários afirmam que os documentos nota fiscal e boletos bancários, são encaminhados para o setor de contas a pagar e contabilidade. Para um bom controle interno, o recebimento de mercadorias é de responsabilidade do setor de recebimento da empresa. É importante que as mercadorias sejam controladas fisicamente do momento em que são recebidas até o momento em que são colocadas à disposição para uso, a fim de evitar desvios ou utilização de modo incorreto. O departamento de recepção elabora relatórios de recebimento também pré-numerados, cujas cópias devem ser enviadas aos setores de compras, estoques e contas a pagar.

Se tratando dos compradores se realizavam monitoramento dos pedidos de compras, os sócios responderam na questão dezoito que sim, é controlado o prazo de entrega combinado com o fornecedor.

Em relação às requisições, a questão dezenove questiona se existem documentos para solicitação de compras. Os sócios afirmaram que não existe nenhum tipo de requisição de compras. Segundo CRC-SP/IBRACON (2000), as requisições de compras incluem informações relativas aos itens solicitados, como o código de controle, a descrição e a quantidade, a qualidade, a data da necessidade e o responsável pela solicitação devidamente autorizada. É importante também que no formulário de requisição conste uma coluna

específica para a quantidade física existente na empresa, para que o solicitante verifique a real necessidade dos itens solicitados.

E por fim a questão vinte é referente a sequencia numérica das requisições e aprovações, a empresa não confere nenhuma sequencia numérica, pois ela não tem um controle sobre as requisições e aprovações das compras. Todas as operações de compras devem ser evidenciadas por ordens de compras pré-numeradas, com cópia para o departamento de contas a pagar, para que sejam comparadas com as notas fiscais dos fornecedores e com os relatórios de recebimento.

Para que possam crescer e prosperar em um mundo em constante transformação, as organizações precisam aprender a evoluir permanentemente. Para isso, um dos principais desafios é a capacidade de padronização das suas atividades, e a compreensão por parte de todos os empregados da importância dos procedimentos e controles internos. (DIAS; 2010, p. IV).

4.3 RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES

Conforme pesquisa realizada no controle interno das compras a pagar da empresa Cerâmica Schenatto, foram observados os principais problemas e a importância dos controles para evitar possíveis perdas, sugerem-se algumas recomendações que poderão auxiliar e ajudar a melhorar os controles internos das contas a pagar.

A empresa deveria criar normas que regulem o setor das contas a pagar. Com isso, poderiam ter um melhor controle nas compras e controle em suas dívidas.

Deveriam segregar funções nas compras, existir também um serviço de compras organizado, tendo um responsável pelas autorizações, e outro responsável para efetuar as compras. Isto pode evitar possíveis fraudes e erros.

Sugere-se também a criação de um cadastro dos fornecedores, onde deverá conter os produtos que cada fornecedor oferece, para que o encarregado das compras possa efetuar a tomada de preços para melhor atender às condições da empresa e da negociação.

Orienta-se que a empresa crie um sistema informatizado para as faturas e notas fiscais, para que não ocorra mais dupla aprovação de uma fatura ou falta de pagamento, onde deve se ter um responsável por este setor.

A empresa deveria criar também um formulário para devoluções das mercadorias aos fornecedores, para que não ocorra de se pagar a mais por uma mercadoria.

A empresa deveria ter controle sobre as requisições, formulários, sobre a sequencia numérica e aprovações, para que não ocorra de empresa comprar itens que não se tem real necessidade.

Conferir regularmente as compras feitas, com os pedidos entregues. Conferir também as notas e os boletos que são encaminhados para o setor das contas a pagar.

Recomenda-se que a empresa disponibilize cursos e treinamentos para os responsáveis pelas compras, para que assim possa se cumprir os procedimentos estabelecidos de forma eficiente e econômica para a empresa.

Distribuir as responsabilidades de cada um, indicando normas e procedimentos escritos, bem como delimitar as ações de cada um, expressando quem responde em caso de faltas ou sobras nas compras.

Fazer um planejamento na empresa para maior comprometimento por parte de todos os funcionários.

Seria interessante a criação de um fluxograma para o controle das contas a pagar, compras, requisições.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, a situação do mercado mundial em que se encontram as empresas é marcada pelas fortes concorrências, fazendo-se necessária uma evolução que abranja as mais diferentes áreas. As informações contábeis e operacionais geradas pelos sistemas devem ser seguras e eficazes a nível gerencial, deixando de ter um papel meramente burocrático e fiscal.

Com o crescimento acelerado do mercado de trabalho, as empresas precisam lidar com muitas pessoas e segregar funções nas quais o dono não dá conta sozinho, para isso ele precisa de controles, para manter seu patrimônio protegido e saber o que ele tem e realmente o que precisa.

As análises realizadas possibilitam que melhoras sejam realizadas dentro da empresa, sendo que a aplicação dos controles internos e a auditoria são eficazes instrumentos da contabilidade no auxílio do entendimento e cumprimento das leis e normas que devem ser aplicadas aos procedimentos das rotinas das contas a pagar.

As contas a pagar tem grande importância para a gestão da empresa, com controles eficazes os gestores podem tomar decisões mais rápidas e precisas. Tendo em mão relatórios atualizados o processo torna-se mais eficiente.

Em relação aos objetivos propostos neste trabalho, conclui-se pela avaliação dos controles internos das contas a pagar da empresa Cerâmica Schenatto Ltda EPP de que os mesmos são praticamente inexistentes e não atendem as necessidades gerenciais.

Com este trabalho, a empresa poderá remediar situações e repensar seus objetivos. Sua posição quanto a tomadas de decisões e a importância dos controles internos para as contas a pagar. Verifica-se que a gestão da empresa deveria se preocupar mais com as contas a pagar, a fim de evitar fraudes e erros. Evitando futuras surpresas quando for fazer alguma verificação que hoje não é realizada.

Ainda, foi apresentando os problemas com a falta de controles e sugerido melhorias nessa área, deixando o gestor mais informado de suas dívidas.

Foram apresentadas sugestões de melhorias que proporcionarão operações mais confiáveis, buscando assim aprimorar a gestão das contas a pagar.

O presente trabalho cumpriu com seu objetivo principal, que era de verificar se na empresa existiam controles internos para as contas a pagar e se estes estavam sendo aplicados corretamente seguindo as normas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: um curso moderno e completo**. 7. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2010.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: Um curso moderno e completo**. 6. Ed. São Paulo/SP: Atlas, 2003.

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos; ARRUDA, Daniel Gomes; BARRETO, Pedro Humberto Teixeira. **Auditoria Contábil: Enfoque Teórico, Normativo e Prático**. São Paulo: Saraiva, 2008.

ATTIE, William. **Auditoria Interna**. 2.ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2011.

_____. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. **Auditoria: Conceitos e Aplicações**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2011

Auditoria das organizações. Metodologias alternativas ao planejamento e à operacionalização dos métodos e das técnicas. São Paulo: Atlas, 2001.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO - CRC-SP/IBRACON. **Controles internos contábeis e alguns aspectos de auditoria**. São Paulo: Atlas, 2000.

CRC-SP/IBRACON. **Controles internos contábeis e alguns aspectos de auditoria**. 2000.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: Teoria e Prática**. 7. Ed. São Paulo:

D'ÁVILA, M. Z.; OLIVEIRA, M. A. M. de. **Conceitos e Técnicas de Controles Internos nas Organizações**. São Paulo: Nobel. 2002.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

FRANCO, Ilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria Contábil: Normas de Auditoria, Procedimentos e papéis de trabalho, Programa de Auditoria e Relatórios de Auditoria**. 4. ed. São Paulo: São Paulo, 2001.

HOOG, Wilson Alberto Zappa.; CARLIN, Everson Luiz Breda. **Manual de Auditoria Contábil: Teoria e Prática**. 4. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2011.

IBRAIM LISBOA – **Auditoria Interna.** Disponível em:
<http://www.portaldeauditoria.com.br/artigos/Controle-Interno-como-Ferramenta-Fundamental.asp>

MAGALHÃES, Antonio de Deus F.; LUNKES, Irtes Cristina; MULLER, Aderbal Nicolas.

MOTTA, João Maurício. **Auditoria: princípios e técnicas.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 1992.

NASCIMENTO, Auster Moreira; OTT, Ernani; SILVA, Letícia Medeiros da. REGINATO, Luciane.(Org.). **Controladoria: Um Enfoque na Eficácia Organizacional.** São Paulo: Atlas, 2007.

PEREIRA, Alexandre Demetrius. **Auditoria das Demonstrações Contábeis: Uma Abordagem Jurídica e Contábil.** São Paulo: Editora Atlas S.A., 2011.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez. **Auditoria das Demonstrações Contábeis: Normas e Procedimentos.** 5.ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2012.

_____. **Auditoria de demonstrações contábeis:normas e procedimentos,** 5ª edição, 2011. Minha Biblioteca. Web. 07 November 2013 Disponível em: <<http://online.minhabiblioteca.com.br/books/9788522469918/page/88>>.

RIBEIRO, Osni Moura.; RIBEIRO, Juliana Moura. **Auditoria Fácil.** 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2012

SÁ, Antônio L **Curso de Auditoria.** 10.ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2002.

_____. **Teoria da Contabilidade.** 1. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1998.

APENDICE

APÊNDICE A – ENTREVISTA DE CONTROLE INTERNO DAS CONTAS A PAGAR

1-As obrigações são controladas?

sim não

2- Existem setores especificamente responsáveis pelas contas a pagar?

sim não

3- Existe somente um responsável pelas contas a pagar?

sim não

4- As contas a pagar são controladas por controle eletrônico?

sim não

5- Existe somente um responsável pelas compras?

sim não

6- Existe um serviço de compras organizado?

sim não

7- As compras são feitas mediante autorizações escritas?

sim não

8- Quem autoriza a compra? (que cargo)?

9- Antes das ordens existem coletas de preços?

sim não

10- Existem supervisão e inspeção das compras feitas?

sim não

11- Há um cadastro de fornecedores?

sim não

12- Há possibilidades de dupla aprovação de uma fatura?

sim não

13 - As faturas são conferidas contra as notas fiscais?

sim não

14- As notas fiscais são conferidas aritmeticamente?

sim não

15- Existe um formulário de devolução de mercadorias? (**ALMEIDA 2003**)

sim não

16- Os compradores recebem cursos e ou treinamentos para melhor desenvolver o trabalho de compras?

sim não

17- Cada funcionário é responsável por executar uma única função no processo de compras? (**ATTIE 1995**)

sim não

Se não explique as atividades que desenvolve.

18- Existe na entidade um formulário com normas internas que devem ser seguidas pelos funcionários?

sim não

19- Quando do recebimento das mercadorias os documentos (nota fiscal e boleto bancário) são encaminhados ao setor de contabilidade e contas á pagar? (**MOTTA, 1992**).

sim não

20- Os compradores realizam monitoramento dos pedidos de compras, á fim de controlar o prazo de entrega combinado entre ele e o fornecedor?

sim não

21- Existe documento de requisição para solicitação de compras?

sim não

22- O setor de compras confere a sequência numerária das requisições e aprovações?

(FLORENTINO 1988)

sim não

23- As requisições são assinadas ao serem APROVADAS?

sim não

24- O que são feitos com as mercadorias danificadas?
